

Educação (juvenil) informal

Face aos desafios contemporâneos colocados à Escola, a educação informal apresenta-se como uma resposta possível à resolução de inúmeros problemas. Pode servir para complementar muitos dos projectos e estratégias pedagógicas visando uma melhor e mais eficaz socialização dos jovens. O que será mais fácil, caso as condições oferecidas às associações juvenis sejam minimamente "realistas" e promotoras de um trabalho coerente e planificado.

Pensamos que, por outro lado, as aulas de Educação Cívica, recentemente institucionalizadas no Ensino Básico, não perdem a carga de formalidade que as das demais disciplinas comportam, uma vez que o professor, o "manual" e o espaço continuam a ser/representar a Escola, onde se estuda/aprende e fazem fichas e testes, entre outras actividades.

Fortemente desenvolvida nos países do Norte da Europa, a educação informal em Portugal toma a forma de inúmeras associações e grupos juvenis informais que (quase, senão apenas) voluntária e esporadicamente desenvolvem projectos co-financiados, apenas em cinquenta por cento, pelo Instituto Português da Juventude e pelas instâncias da União Europeia, nomeadamente através de programas como o "JUVENTUDE". Prova desta mesma ausência será a dificuldade que teremos ao tentar traduzir a expressão anglo-saxónica de *youth worker*, saltando-nos à mente variantes e sinónimos (monitor/técnico pedagogo) que apenas veiculam parte do significado deste mesmo conceito que os alemães definem como "pedagogo social", formado nessa mesma área e detentor de meios humanos, logísticos e materiais para proporcionar, em clubes ou centros de jovens, actividades e momentos de (in)formação mais lúdica e, logo, com uma maior carga de motivação para os jovens, junto dos quais estas mesmas "casas" (da juventude) trabalham, ao invés de esperarem, atrás de secretárias, catálogos e formulários, que os jovens (desinformados) - com outras prioridades - se desloquem até eles. Estes serviços são, portanto, pensados para uma população com problemas de inserção social, muitas vezes desprovidos de qualquer apoio socio-económico, e que, desta forma, podem rentabilizar potenciais, auferindo de projectos e iniciativas pedagogicamente planificados e didacticamente direccionados às suas necessidades, dificuldades e expectativas locais, bem diferentes de uma política nacional que trata a massa juvenil como um todo homogéneo, levando, nem que inconscientemente, à exclusão social. Talvez em Portugal as "casas da sociedade/povo" e o café de bairro ou da aldeia, onde - desde bebés - interagimos com avós, tios e vizinhos, possibilitem uma comunhão socializante "proibida" aos adolescentes do Norte da Europa que apenas podem entrar nos pubs a partir dos dezoito anos de idade, sendo, assim, relegados para outros espaços que nem sempre lhes são providenciados.

A educação informal (entendida como *youth/community work*) tem como objectivo ensinar e motivar a aprendizagem dos jovens, sobretudo dos 11 aos 25 anos de idade, quer acerca deles próprios como membros (activos) de uma comunidade, de uma nacionalidade e de uma "europeidade" quer acerca da sociedade, através de actividades/iniciativas simultaneamente lúdicas, motivadoras e desafiantes, que permitam ao grupo-alvo das mesmas um maior e mais eficaz desenvolvimento pessoal e social, bem como a formação de valores. Palavras chave desta mesma dinâmica (nem que ideal) serão a igualdade de oportunidades, e também a educação de pares, dando voz aos jovens que, mais facilmente, se desejarão e farão ouvir no âmbito da tomada de decisões aos mais diversos níveis. Política esta que em Inglaterra se encontra activamente implementada e regulamentada pelo Governo desde o início da Segunda Guerra Mundial, envolvendo uma elaborada rede de autoridades, instituições e forças locais que completam e reforçam uma política "juvenil" diversificada que representa/espelha a realidade nacional, para a qual concorrem cerca de 3.000 *youth workers* a tempo inteiro e cerca de 21.000 em regime de part-time, estimando-se que meio milhão de pessoas se envolva, através do voluntariado, nesta mesma área. A nossa abordagem comparativista serve de prelúdio a uma série de artigos que redigiremos em torno das políticas de juventude e, sobretudo, da importância e do papel da educação informal na preparação eficaz, realista e motivadora das crianças, adolescentes e jovens para quem a escola, face às actuais transformações sociais, é cada vez menos uma realidade única a responder às suas necessidades e formação pessoal e cívica.